

ARTIGOS LIVRES

A GEOGRAFIA ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2000-2024): EXPANSÃO, CONSOLIDAÇÃO E RETRAÇÃO TERRITORIAL

*THE ELECTORAL GEOGRAPHY
OF THE WORKERS' PARTY IN BRAZILIAN
MUNICIPAL ELECTIONS (2000-2024):
EXPANSION, CONSOLIDATION
AND TERRITORIAL RETRENCHMENT*

Vinícius Rainer Boniolo* 

Alex Marcelo de Campos** 

Aldenor da Silva Ferreira*** 

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM, Campinas/SP, Brasil. boniolo.ambiental@gmail.com

** Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC-SO), Sorocaba/SP, Brasil.

profalexcampos@gmail.com

*** Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Buri/SP, Brasil.

aldenorferreira@ufscar.br

RESUMO

Este artigo analisa a geografia eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2024. O objetivo é compreender a evolução territorial da presença do partido no Executivo municipal, identificando ciclos de expansão, consolidação e retração ao longo do período. A pesquisa baseia-se em análise comparativa dos resultados eleitorais para prefeituras a partir de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sistematizados na forma de mapas e gráficos regionais. Os resultados indicam que, após uma fase de forte expansão nacional entre 2000 e 2012, o PT passou por um processo de retração significativa a partir de 2016, seguido por uma reconfiguração territorial de sua base municipal. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como principal núcleo de sustentação eleitoral do partido, enquanto regiões como Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentam presença mais limitada. O artigo contribui para o debate sobre partidos e território ao evidenciar um processo de regionalização da base eleitoral petista no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Geografia Eleitoral; Partido dos Trabalhadores; Regionalização Eleitoral.

ABSTRACT

This article analyzes the electoral geography of the Workers' Party (PT) in Brazilian municipal elections between 2000 and 2024. The study aims to understand the territorial evolution of the party's presence in mayoral elections, identifying cycles of expansion, consolidation, and retrenchment over time. The research is based on a comparative analysis of electoral results for municipal executive offices using official data from Brazil's Superior Electoral Court (TSE), systematized through regional maps and graphs. The findings indicate that, after a period of significant national expansion between 2000 and 2012, PT experienced a sharp decline starting in 2016, followed by a territorial reconfiguration of its municipal base. In this new scenario, the Northeast has consolidated itself as the party's main electoral stronghold, while regions such as the Southeast, North, and Center-West show more limited presence. The article contributes to the literature on parties and territory by demonstrating a process of regionalization of the PT's electoral base in contemporary Brazil.

Keywords: Municipal Elections; Electoral Geography; Workers' Party; Electoral Regionalization.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a literatura da ciência política brasileira tem destacado mudanças significativas no comportamento eleitoral e na distribuição territorial do voto, evidenciando transformações na dinâmica do sistema partidário (Nicolau, 2012; Borges, 2015). No caso do Partido dos Trabalhadores (PT), estudos clássicos apontam sua trajetória de institucionalização e expansão territorial, bem como sua posterior reconfiguração regional, especialmente com a consolidação de sua base no Nordeste (Meneguello, 1989; Braga, 2006; Singer, 2012).

Apesar dos avanços dessa literatura, ainda são relativamente escassos os trabalhos que analisam de forma sistemática a evolução territorial do partido em eleições municipais ao longo de um período prolongado, articulando essa dimensão empírica com interpretações teóricas sobre a dinâmica dos partidos em contextos democráticos. Nesse sentido, compreender a geografia eleitoral do PT permite não apenas descrever seu desempenho ao longo do tempo, mas também interpretar transformações mais amplas no sistema político brasileiro.

Este artigo parte da hipótese de que a trajetória eleitoral do PT nas eleições municipais entre 2000 e 2024 expressa um processo de desnacionalização e reterritorialização partidária, no qual um ciclo inicial de expansão nacional – fortemente associado à liderança carismática de Luiz Inácio Lula da Silva – é seguido por um movimento de retração e posterior concentração regional de sua base eleitoral. Argumenta-se que esse processo resulta da interação entre fatores institucionais, disputas no campo político e transformações na base social do partido.

Entre essas forças, o PT ocupa posição singular na política brasileira contemporânea. Desde sua fundação, em 1980, o partido construiu

uma trajetória de expansão institucional e eleitoral que o levou a ocupar espaços relevantes nas esferas municipal, estadual e federal (Meneguello, 1989; Braga, 2006; Figueiredo; Limongi, 2001). Ao longo desse processo, sua presença territorial passou por ciclos distintos de crescimento, consolidação e retração, refletindo tanto transformações do cenário político nacional quanto dinâmicas regionais específicas (Singer, 2012).

A pertinência dessa análise decorre da interação entre fatores institucionais, territoriais e políticos que influenciam o desempenho partidário no nível local (Figueiredo; Limongi, 2001; Nicolau, 2012). O PT consolidou-se inicialmente como um partido de massas, caracterizado por forte inserção sindical, militância organizada e identidade programática vinculada à classe trabalhadora (Meneguello, 1989; Duverger, 1987). Entretanto, ao longo de sua trajetória institucional e eleitoral, especialmente a partir dos anos 2000, o partido passou a incorporar características associadas aos modelos *catch-all* e profissional-eleitoral, ampliando alianças, diversificando sua base social e fortalecendo estratégias de competição eleitoral em escala nacional (Kirchheimer, 2012; Panebianco, 2005). Nesse contexto, a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou papel central na construção simbólica e política do partido, podendo ser interpretada à luz da noção de dominação carismática (Weber, 1999), posteriormente reelaborada em contextos midiáticos e digitais contemporâneos (Singer, 2012; Avritzer, 2016). Além disso, as disputas no campo político brasileiro, incluindo processos de judicialização da política, influenciaram a trajetória institucional e eleitoral da legenda (Vieira, 2008; Arantes, 1997; Koerner, 2013; Almeida, 2019).

Para investigar essas questões, o artigo realiza uma análise comparativa dos resultados eleitorais do PT nas eleições municipais entre 2000 e 2024, com base em dados oficiais do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), sistematizados em mapas e gráficos comparativos. A análise empírica é articulada a aportes da sociologia política, em especial os conceitos de dominação carismática e campo político, permitindo interpretar os dados à luz de processos mais amplos de disputa e transformação no sistema político.

De forma geral, os resultados indicam que, após uma fase de forte expansão nacional entre 2000 e 2012, o PT passou por um processo de retração significativa a partir de 2016, seguido por uma reconfiguração territorial de sua base municipal. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como principal núcleo de sustentação eleitoral do partido, enquanto regiões como Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentam presença mais limitada. Esses resultados sugerem não apenas um ciclo eleitoral, mas um processo mais amplo de reorganização territorial da política no Brasil contemporâneo.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três seções principais. A primeira discute o papel da liderança política de Luiz Inácio Lula da Silva, analisada a partir dos conceitos de carisma, campo político e judicialização da política. A segunda apresenta a trajetória institucional do Partido dos Trabalhadores e sua inserção na política brasileira. A terceira analisa os resultados eleitorais do partido nas eleições municipais entre 2000 e 2024, com base em mapas e gráficos comparativos. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e discutem suas implicações para o estudo da geografia eleitoral do PT no Brasil.

1. LIDERANÇA POLÍTICA, CARISMA E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO

A trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva constitui um dos fenômenos mais relevantes da política brasileira contemporânea. De origem

operária e liderança sindical no final da década de 1970, Lula tornou-se figura central na reorganização da esquerda brasileira e na consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) (Carril; Ferreira, 2023; Parana, 2002). Desde a redemocratização, participou direta ou indiretamente de todas as eleições presidenciais, alcançando vitórias em 2002, 2006 e 2022 (Carril; Ferreira, 2023). Sua trajetória evidencia a combinação entre liderança política, capacidade de mobilização popular e construção institucional partidária, elementos que contribuíram para projetar o PT como uma das principais forças políticas do país (Parana, 2002).

Em 2002, Lula conquistou a Presidência da República com 61,27% dos votos válidos no segundo turno, derrotando José Serra (PSDB). Em 2006, foi reeleito com 60,83% dos votos válidos contra Geraldo Alckmin (PSDB). Posteriormente, o Partido dos Trabalhadores voltou a vencer as eleições presidenciais em 2010 e 2014, com Dilma Rousseff. Após um período de forte crise política e institucional, Lula retornou como candidato em 2022 e foi novamente eleito presidente da República, obtendo 50,90% dos votos válidos no segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL) (TSE, [2025]). Esses resultados evidenciam a centralidade de sua liderança no sistema político brasileiro ao longo das últimas décadas.

Do ponto de vista teórico, essa trajetória pode ser interpretada à luz do conceito de dominação carismática formulado por Weber (1999). Para o autor, o carisma constitui uma forma de legitimação da autoridade baseada na crença dos seguidores nas qualidades extraordinárias de um líder. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade carismática deriva da confiança e do reconhecimento social conferidos ao indivíduo que exerce a liderança. No caso de Lula, esse reconhecimento está associado tanto à sua trajetória de origem popular quanto à sua capacidade de mobilizar amplos setores sociais em torno de um projeto político.

Entretanto, o carisma não deve ser compreendido apenas como atributo individual. Bourdieu (1989, 2011) destaca que aquilo que se denomina carisma é, na realidade, um reconhecimento socialmente produzido no interior do campo político. A autoridade de um líder resulta de condições históricas, culturais e institucionais que tornam possível sua legitimação perante diferentes grupos sociais (Bourdieu, 2011). No caso brasileiro, a narrativa do “operário que chegou à Presidência” constituiu um poderoso recurso simbólico, reforçado por partidos, movimentos sociais e diferentes formas de mediação comunicacional.

Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores desempenhou papel central na institucionalização dessa liderança. Como destaca Shils (1965), a autoridade carismática tende a se esgotar quando permanece restrita à figura individual do líder, sendo necessário que ela se converta em instituições capazes de sustentar sua continuidade política. Nesse sentido, o PT pode ser compreendido como uma forma de institucionalização do carisma de Lula, permitindo que sua influência ultrapasse a dimensão pessoal e se projete de maneira duradoura na vida política brasileira.

A literatura também destaca a ambiguidade constitutiva do carisma político. Conforme observa Eatwell (2006), lideranças carismáticas podem ser interpretadas tanto como agentes de ampliação da participação política quanto como figuras associadas a tendências populistas. No caso de Lula, essa tensão manifesta-se nas leituras divergentes produzidas por apoiadores e adversários: enquanto alguns o percebem como representante das classes populares e promotor de inclusão social, outros o acusam de mobilizar afetos políticos de forma personalista.

No contexto contemporâneo, o carisma político também se articula com as transformações do ambiente comunicacional. Segundo

Castells (2013), as sociedades em rede produziram novas formas de construção da legitimidade política, nas quais a circulação de narrativas em meios digitais desempenha papel central. A experiência política de Lula ilustra esse fenômeno, especialmente no período em que esteve preso e impedido de disputar eleições, quando sua presença simbólica foi mantida por meio da mobilização de apoiadores e da circulação de narrativas em redes sociais.

Ao mesmo tempo, a trajetória recente do PT e de sua principal liderança foi profundamente marcada por processos de judicialização da política. Nesse contexto, difundiu-se o conceito de *lawfare*, utilizado para descrever o uso estratégico do aparato jurídico como instrumento de disputa política (Martins; Martins; Valim, 2019). O termo, originalmente empregado no campo militar para designar a utilização do direito como forma de guerra, passou a ser utilizado para analisar situações em que mecanismos jurídicos são mobilizados com o objetivo de neutralizar adversários políticos ou produzir efeitos no campo institucional.

No caso brasileiro, as investigações e processos relacionados à Operação Lava Jato tiveram impactos significativos sobre o sistema político e sobre a trajetória de diferentes lideranças. Lula foi condenado e preso em 2018, o que o impediu de disputar as eleições presidenciais daquele ano. Posteriormente, as decisões judiciais foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, restabelecendo seus direitos políticos. Independentemente das interpretações divergentes sobre esse processo, é inegável que tais eventos produziram efeitos relevantes no campo político brasileiro e influenciaram a dinâmica eleitoral do período.

Assim, a trajetória de Lula e do PT pode ser compreendida como resultado da interação entre liderança política, construção simbólica da autoridade e disputas estruturais no campo político. Esses elementos

ajudam a explicar, em parte, tanto os ciclos de expansão eleitoral do partido quanto os momentos de retração e reconfiguração territorial que marcaram sua presença na política brasileira contemporânea.

2. O PARTIDO DOS TRABALHADORES: TRAJETÓRIA E INSERÇÃO NACIONAL

Como mencionado, Luiz Inácio Lula da Silva possui o maior número de vitórias em eleições presidenciais na história do Brasil. Todavia, não teria alcançado tal trajetória sem a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980, o partido completou, em 2025, 45 anos de existência. Ao longo de mais de quatro décadas, o PT participou ativamente da vida política nacional, representando diversos segmentos da classe trabalhadora brasileira (Carril; Ferreira, 2023). Desde sua fundação, esteve presente em momentos decisivos da história recente do país. Em 1984, poucos anos após sua criação, o partido já integrava as mobilizações pelas eleições diretas, conhecidas como *Diretas Já*. No contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988, parlamentares petistas, juntamente com representantes de outros partidos de esquerda e centro-esquerda, desempenharam papel relevante na defesa e na inclusão de direitos sociais no texto constitucional (Carril; Ferreira, 2023; Parana, 2002).

Entre 1989 e 2022, o PT participou de todas as eleições presidenciais, sendo vitorioso em cinco delas (2002, 2006, 2010, 2014 e 2022). Os governos de Lula e Dilma Rousseff implementaram programas sociais que contribuíram para a redução da pobreza e da fome no Brasil, fenômeno amplamente documentado em pesquisas acadêmicas e relatórios de organismos internacionais (Ipea, 2010; FAO, 2014).

Durante esse período, o país chegou a ocupar a sexta posição entre as maiores economias do mundo, segundo o Produto Interno Bruto (PIB) nominal. Após a saída do partido do governo federal, em 2016, o Brasil caiu para posições inferiores nos *rankings* econômicos internacionais (Ipea, 2010; FAO, 2014).

Desde sua origem, o PT caracterizou-se por sua heterogeneidade, reunindo operários, intelectuais, artistas, trabalhadores rurais e urbanos. Essa diversidade interna se expressa na forma de tendências, alas e correntes ideológicas distintas. Do ponto de vista analítico, tal pluralidade pode ser interpretada como expressão de vitalidade democrática e como mecanismo de elaboração coletiva, permitindo que o partido se mantenha relevante no cenário político (Carril; Ferreira, 2023). Atualmente, o PT conta com aproximadamente três milhões de filiados, mantendo presença relevante na política brasileira (Partido dos Trabalhadores, 2025).

3. O PT EM NÚMEROS: EXPANSÃO E RETRAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2000-2024)

Ao longo de quatro décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT) ampliou sua inserção nas esferas municipais, estaduais e federal. A primeira prefeitura foi conquistada em 1982, com a eleição de Gilson Menezes em Diadema (SP). A partir desse marco, o partido passou a expandir gradualmente sua presença institucional, obtendo administrações municipais, governos estaduais e cadeiras no Legislativo em diferentes níveis.

Neste texto, em função do espaço, optou-se por analisar exclusivamente os resultados relativos ao Executivo municipal. Estudos posteriores poderão contemplar a atuação do partido nos Legislativos estaduais e federal. Também se optou em estabelecer

um marco de tempo que acompanhasse a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva à frente da Presidência da República. Antes da análise detalhada da distribuição territorial das prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a Tabela 1 apresenta a posição ocupada pela legenda no *ranking* nacional de municípios governados entre 2000 e 2024. Os dados permitem observar, de forma sintética, o movimento de expansão, consolidação e retração do partido ao longo do período analisado.

Tabela 1: Posição do PT no *ranking* nacional de municípios governados (2000–2024)

Ano	Posição no ranking
2000	8º
2004	6º
2008	4º
2012	3º
2016	10º
2020	11º
2024	9º

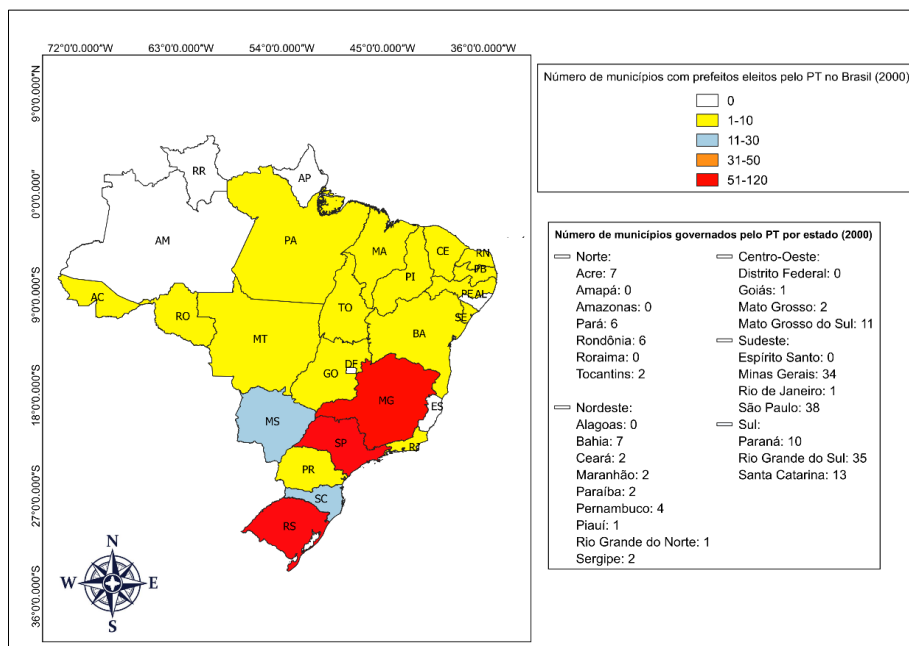
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

A Figura 1 ilustra a distribuição territorial das prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais de 2000. Observa-se que o desempenho da legenda não foi homogêneo, apresentando maior concentração de vitórias em determinadas regiões do país. Na Região Sudeste, o destaque foi o estado de São Paulo, onde o PT conquistou 38 prefeituras, seguido de Minas Gerais, com 34 prefeituras. Essa presença consolidada no Sudeste demonstra a capacidade de articulação do partido em áreas

urbanas e industrializadas, historicamente estratégicas no cenário político nacional. Na Região Sul, o Rio Grande do Sul apresentou o maior número de vitórias (35 prefeituras), seguido de Santa Catarina (13) e Paraná (10). Esse desempenho reforça a importância da região como polo de apoio ao partido, especialmente pela tradição de organização sindical e movimentos sociais.

Em relação à Região Nordeste, os resultados foram mais modestos e concentrados em poucos estados. A Bahia destacou-se com 7 prefeituras, enquanto Pernambuco obteve 4. Outros estados, como Alagoas, não registraram vitórias. Esse padrão revela as dificuldades do PT em ampliar sua base eleitoral em um território marcado pela forte presença de oligarquias políticas tradicionais, mas isso vai mudar com os futuros pleitos. Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul apresentou 11 vitórias, enquanto Goiás e Mato Grosso registraram 1 e 2 prefeituras, respectivamente. Por fim, na Região Norte, o partido obteve vitórias pontuais, como no Acre (7) e no Pará (6), além de Rondônia (6). Entretanto, Amazonas, Amapá e Roraima não registraram prefeituras conquistadas pelo PT.

Os dados relacionados às eleições municipais do ano 2000, apresentados no Mapa 1, revelam um padrão de crescimento seletivo do PT, com maior força no Sudeste e Sul, presença moderada no Norte e Centro-Oeste, e desempenho ainda restrito no Nordeste. Essa distribuição territorial indica que, em 2000, o partido já havia conquistado espaços estratégicos em regiões-chave para a política nacional, mas ainda encontrava limitações em expandir sua influência de maneira uniforme em todo o território brasileiro. Todavia, esse desempenho contribuiu para o fortalecimento institucional do partido no cenário político nacional, estabelecendo as bases para a primeira vitória presidencial de Lula em 2002.

Figura 1: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2000

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

A Figura 2, referente às eleições municipais de 2004, evidencia uma ampliação significativa da presença do Partido dos Trabalhadores (PT) em todo o território nacional. Comparado ao pleito de 2000, observa-se um crescimento quantitativo e também uma maior capilaridade territorial. Na Região Sudeste, o aumento mais expressivo ocorreu em Minas Gerais, que passou de 34 prefeituras em 2000 para 87 em 2004. Em São Paulo, o número também cresceu de 38 para 56, enquanto o Rio de Janeiro apresentou um salto de 1 para 8. O Sudeste consolidou-se, portanto, como a região de maior expansão do partido, refletindo o fortalecimento de sua base em estados com forte peso eleitoral.

Na Região Sul, o PT ampliou sua presença de forma consistente: no Rio Grande do Sul, passou de 35 para 43 prefeituras; em Santa Catarina, de 13 para 24; e no Paraná, de 10 para 29. Esse crescimento reforça o papel do Sul como um dos principais redutos partidários, associado a movimentos sociais e sindicais enraizados. Na Região Nordeste, a expansão foi notável, com destaque para a Bahia, que saltou de 7 para 21 prefeituras, e o Ceará, de 2 para 12. Outros estados, como Pernambuco (de 4 para 8) e Maranhão (de 2 para 7), também registraram avanços importantes. Essa trajetória indica o início de uma maior inserção do partido em territórios historicamente dominados por elites políticas tradicionais.

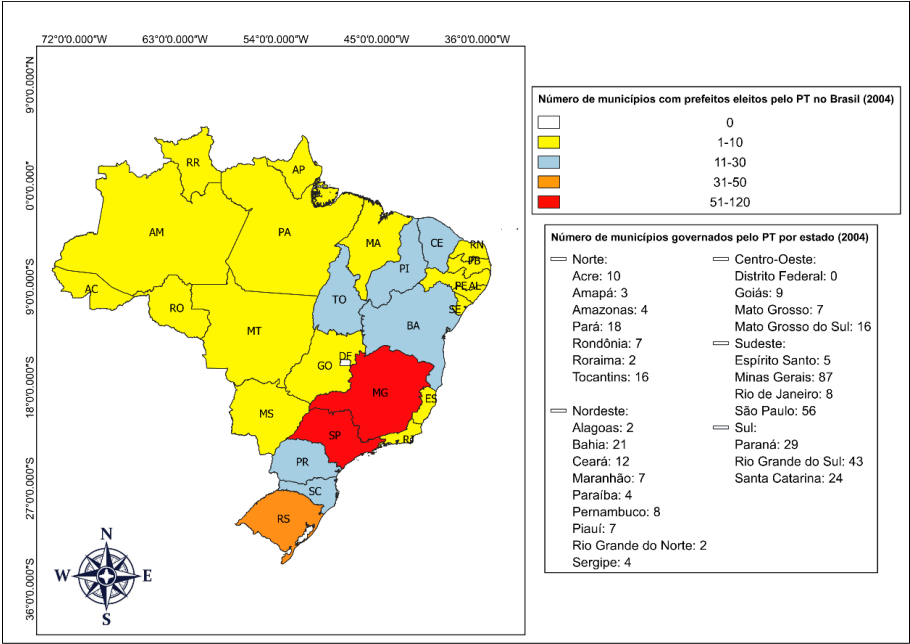
Na Região Norte, o PT ampliou seu alcance para além de vitórias pontuais. No Pará, o número de prefeituras cresceu de 6 para 18; no Acre, de 7 para 10; e no Tocantins, de 2 para 16. Esses resultados evidenciam a penetração em áreas até então periféricas no mapa eleitoral do partido. Na Região Centro-Oeste, o partido apresentou crescimento relevante: Mato Grosso do Sul saltou de 11 para 16 prefeituras e Goiás de 1 para 9. O Mato Grosso manteve desempenho modesto, com 7 prefeituras.

Portanto, os resultados de 2004 revelam uma expansão nacionalizada do PT, que deixou de ser um partido com presença concentrada em redutos específicos para se tornar uma legenda com capilaridade em todas as regiões do país. Esse desempenho eleitoral coincidiu com o primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e pode ser interpretado como reflexo da combinação entre políticas federais implementadas e fortalecimento das bases locais.

O mapa referente às eleições municipais de 2008 demonstra a continuidade do processo de expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidando-se como uma das principais forças políticas em nível local. Os resultados revelam tanto crescimento quantitativo

quanto enraizamento territorial em diversas regiões do país. O Sudeste manteve-se como o principal polo de vitórias. Minas Gerais alcançou 109 prefeituras, um aumento expressivo em relação a 2004 (87). São Paulo também avançou, elegendo 64 prefeitos. No Rio de Janeiro, o PT cresceu de 8 para 10 prefeituras, enquanto o Espírito Santo atingiu 6. Esse desempenho reforça a centralidade do Sudeste na estratégia partidária, especialmente pela densidade eleitoral e econômica da região.

Figura 2: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2004



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

Na Região Sul, o partido consolidou sua base histórica: o Rio Grande do Sul obteve 61 prefeituras (contra 43 em 2004), Santa Catarina

avançou para 35 (em 2004 eram 24) e o Paraná elegeu 32 prefeitos (antes eram 29). O Sul permaneceu como território estratégico, associado ao sindicalismo e à organização comunitária, mas agora com expansão para municípios de médio porte. Na Região Nordeste, a expansão foi particularmente expressiva. A Bahia saltou de 21 para 67 prefeituras, consolidando-se como o maior reduto nordestino do PT. O Piauí também cresceu de 7 para 18, e o Ceará alcançou 15 (antes eram 12). Outros avanços ocorreram no Maranhão (9 prefeituras), Pernambuco (8) e Paraíba (6). Esse crescimento indica a ampliação da influência do partido em regiões historicamente dominadas por grupos oligárquicos locais.

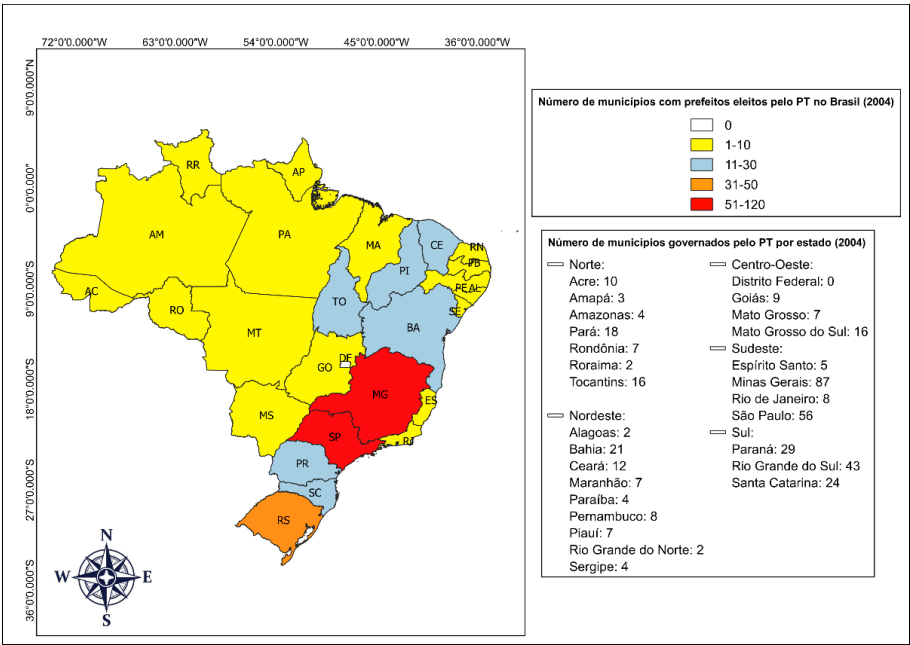
Na Região Norte, a presença do PT se fortaleceu. O Pará alcançou 27 prefeituras, um crescimento expressivo em relação às 18 prefeituras de 2004. O Acre também aumentou, de 10 para 12. Houve avanços em estados de menor peso político, como Amazonas (6) e Tocantins (12). Esse desempenho mostra o enraizamento progressivo do partido na região amazônica. A Região Centro-Oeste registrou crescimento moderado. Mato Grosso passou de 7 para 18 prefeituras, enquanto Goiás chegou a 13 (em 2004 eram 9). O Mato Grosso do Sul teve leve retração, de 16 para 10.

As eleições municipais de 2008, Figura 3, confirmam o PT como uma legenda de presença nacional, com crescimento robusto em praticamente todas as regiões. Os destaques foram a Bahia e o Pará, que se somaram a Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul como principais bases eleitorais. Esse padrão indica que, no segundo mandato presidencial de Lula, o partido já havia construído e consolidado capilaridade territorial, ampliando sua inserção em estados antes considerados de difícil penetração.

O mapa referente às eleições municipais de 2012 revela um novo patamar de expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), que

alcançou seu auge em termos de capilaridade territorial. Nesse período, o partido já estava no governo federal havia quase uma década (Lula 2003–2010, seguido por Dilma Rousseff a partir de 2011), o que contribuiu para o fortalecimento de suas bases locais. O Sudeste manteve-se como epicentro da força eleitoral petista. Minas Gerais chegou a 114 prefeituras, ampliando os 109 de 2008. São Paulo também cresceu para 68 (antes eram 64). O Rio de Janeiro subiu para 11 e o Espírito Santo manteve 6. A concentração no Sudeste consolidou o partido em áreas estratégicas, combinando densidade demográfica e peso político.

Figura 3: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2008

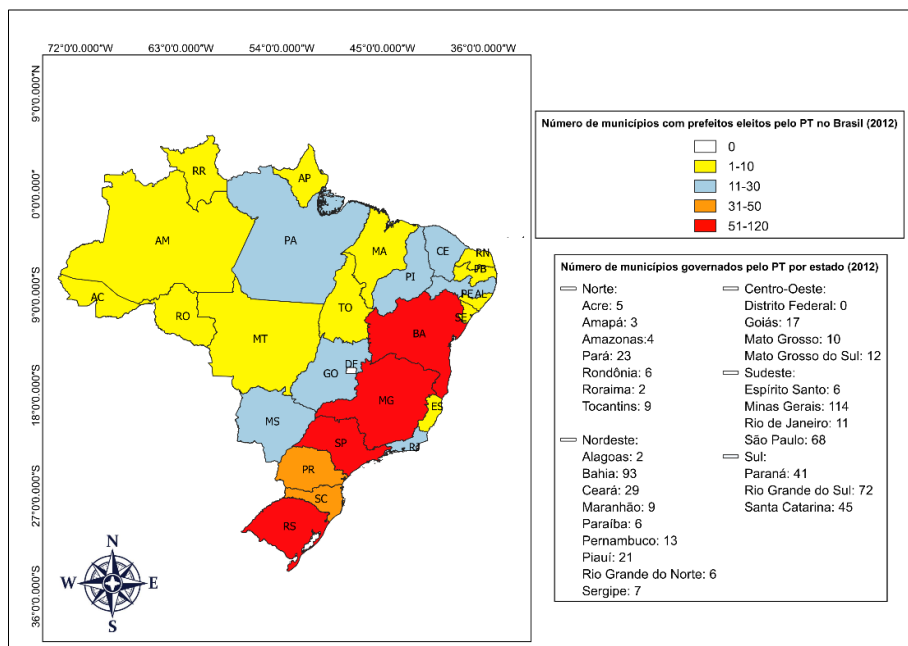


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

Na Região Sul, o PT apresentou crescimento contínuo. O Rio Grande do Sul tornou-se o maior reduto da região, com 72 prefeituras (contra 61 em 2008). Em Santa Catarina o PT também se expandiu, alcançando 45 (antes eram 35). O Paraná cresceu para 41 (eram 32 em 2008). Esses resultados consolidam o Sul como um polo estável de apoio eleitoral. O Nordeste se afirmou como uma das regiões de maior crescimento do partido. A Bahia registrou 93 prefeituras, um salto notável em relação a 2008 (67). O Ceará cresceu para 29, o Piauí para 21 e Pernambuco para 13. O Maranhão (10) e a Paraíba (6) também reforçaram o quadro. Esse desempenho reflete tanto o impacto das políticas federais no período quanto a estratégia de alianças locais.

Na Região Norte, o PT manteve presença expressiva em alguns estados, mas com desempenho mais irregular. O Pará elegeu 23 prefeitos (queda em relação a 27 em 2008), enquanto o Acre reduziu para 5 (eram 12 em 2008). O Tocantins caiu para 9 (antes eram 12), e Amazonas e Rondônia tiveram números estáveis ou discretos. Apesar das oscilações, a região permaneceu relevante como campo de disputa política. Na Região Centro-Oeste, o crescimento foi modesto, mas consistente. Goiás passou de 13 para 17 prefeituras, Mato Grosso manteve 10, e o Mato Grosso do Sul subiu para 12 (em 2008 eram 10). Ainda que a região não tenha sido um reduto principal, os resultados indicam ampliação gradual da presença do partido.

As eleições municipais de 2012 marcaram o ponto mais alto da presença do PT em governos locais (Figura 4). O partido consolidou sua força no Sudeste, Sul e Nordeste, atingindo números expressivos em estados estratégicos como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Essa expansão refletiu a combinação de fatores estruturais (alianças políticas e fortalecimento organizativo) e conjunturais (políticas sociais federais e popularidade dos governos Lula-Dilma).

Figura 4: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2012

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

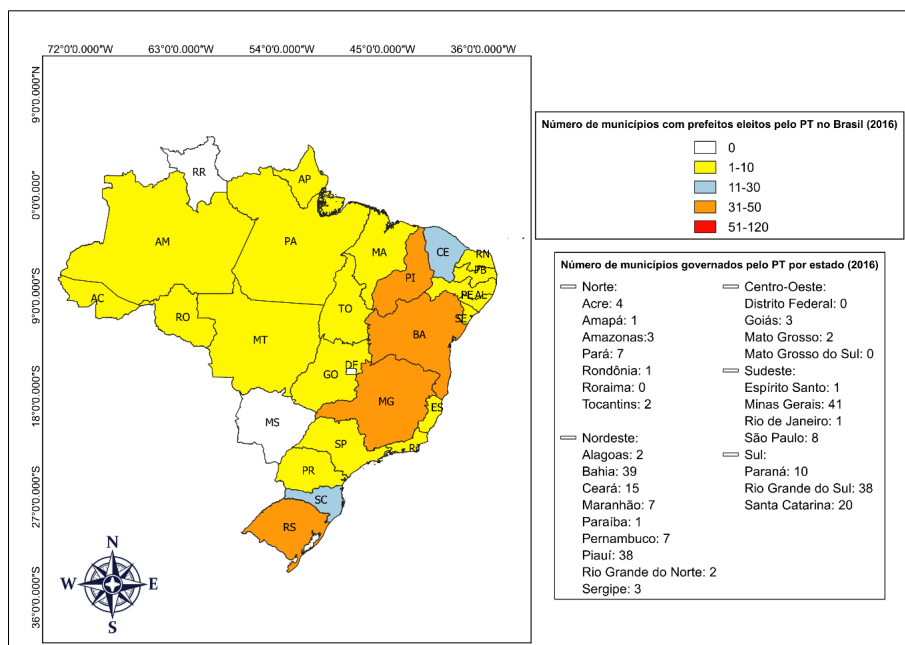
3.1. ANO DE 2016: *IMPEACHMENT* E DECLÍNIO

Em 2016, o Nordeste aparece como a região de maior resistência do PT, com destaque para a Bahia (39) e Piauí (38), os estados com maior número de prefeituras petistas naquele ano. Ceará (15) e Maranhão (7) também mantiveram números relevantes. Isso reforça a leitura de que, mesmo em cenário adverso nacionalmente, o PT preservou sua base histórica no Nordeste, ligada às políticas sociais e ao forte enraizamento partidário na região. No Sul, o Rio Grande do Sul surge como um estado chave: 38 prefeituras,

número muito expressivo para uma região onde, tradicionalmente, a disputa é acirrada entre vários partidos. Santa Catarina (20) e Paraná (10) também mostraram presença, mas em escala menor. Isso mostra que, apesar da crise, o PT manteve relevância no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que historicamente fora um polo de força petista, o berço de lideranças importantes e das primeiras experiências de orçamento participativo.

O Sudeste, centro político e econômico do país, mostra resultados modestos. Minas Gerais (41) foi o estado com melhor desempenho da região, mostrando que ainda havia capilaridade petista em cidades médias e pequenas. São Paulo, berço do partido, aparece com apenas 8 prefeituras, uma queda drástica frente ao histórico. Rio de Janeiro (1) e Espírito Santo (1) praticamente desaparecem do mapa petista. Isso reflete a forte crise de imagem que o PT enfrentava, especialmente nas regiões mais urbanizadas e midiaticamente influenciadas. No Norte e Centro-Oeste: presença residual. No Norte, a presença foi modesta, com destaque para Pará (7) e Acre (4). Roraima zerou. O Centro-Oeste praticamente não elegeu prefeitos do PT (MS: zero, MT: 2, GO: 3). Isso acentua a dificuldade histórica do PT em se consolidar nessas regiões, intensificada em 2016.

A eleição de 2016 representou um ponto de inflexão na trajetória do PT. Perdas históricas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Sobrevivência e resistência no Nordeste e em estados específicos como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O contexto político era de *impeachment*, Operação Lava Jato e crise econômica. Isso tudo pesou diretamente nos resultados. A Figura 5 traduz a transição do PT de um partido nacionalmente capilarizado para um partido com redutos concentrados, sobretudo Nordeste e parte do Sul, o que será decisivo para entender as estratégias nas eleições seguintes (2020 e 2024).

Figura 5: Prefeitos eleitos pelo PT no ano de 2016

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

3.2. AS DUAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

Em 2020, o PT manteve um desempenho modesto em termos de número de prefeituras, sem recuperar a capilaridade nacional que já teve em décadas anteriores. O partido segue concentrado em regiões específicas, principalmente o Nordeste, mas com retração em relação a 2016 em alguns estados importantes. No Nordeste: base consolidada, mas com redução contínua. É o principal reduto petista, mas com queda expressiva em estados-chave: Bahia passa de 39 (2016) para 32 (2020). Piauí cai de 38 para 23, uma das maiores

perdas. Maranhão desaba de 7 para apenas 1 prefeitura. Houve também perda em Pernambuco (de 7 para 5). As exceções positivas foram Ceará (de 15 para 18) e Sergipe (crescimento de 3 para 6).

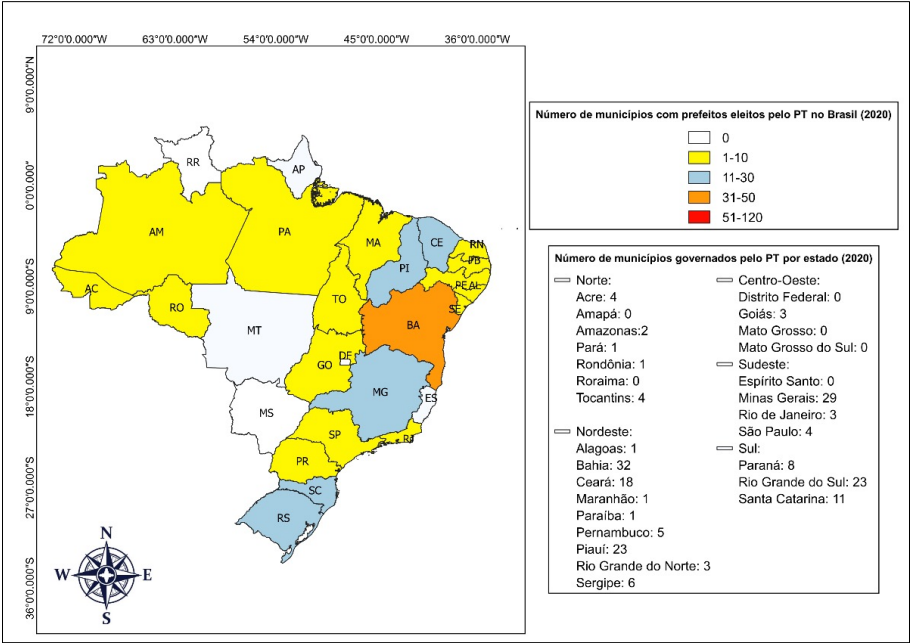
O Nordeste segue como bastião petista, mas já não apresenta a mesma força agregada de 2016. No Sul há um encolhimento importante. Em 2016 o Rio Grande do Sul foi um destaque (38 prefeituras). Em 2020, o estado caiu para 23. Santa Catarina também caiu (20 para 11). Paraná (10 para 8) teve leve queda. Essa retração mostra que o Sul, embora historicamente importante para o PT, deixou de ser polo de força significativa, exceto em alguns municípios pontuais. No Sudeste: retração e fragilidade. Minas Gerais ainda concentra a maior parte dos prefeitos petistas da região (41 em 2016 e 29 em 2020). São Paulo cai de 8 para apenas 4, revelando a dificuldade de o partido se manter competitivo em seu estado de origem. Rio de Janeiro permanece baixo (1 para 3), ainda irrelevante em termos de número de prefeituras. Espírito Santo zerou (de 1 para 0).

No Norte, a presença do partido é limitada. A região segue sem expressão relevante, oscilando em números pequenos: Acre manteve 4 prefeituras; o Amazonas caiu de 3 para 2. O Pará caiu de 7 para 2, uma perda significativa. Roraima segue zerado. Tocantins cresceu de 2 para 4. No Centro-Oeste: presença mínima. Não houve alteração relevante: Goiás manteve 3, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso permaneceram zerados. A região segue como a mais distante do PT eleitoralmente.

A eleição de 2020, Figura 6, reafirma a condição do PT como partido regionalizado. Nordeste continua sendo seu principal pilar, mas com perdas expressivas, especialmente Piauí e Bahia. Sul e Sudeste mostraram queda consistente, especialmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, acentuando a dificuldade do partido em regiões urbanizadas e industrializadas. Norte e Centro-Oeste

permanecem como áreas marginais para o partido. Comparado a 2016, o PT não conseguiu reverter o ciclo de queda, pelo contrário, aprofundou perdas em estados estratégicos, embora tenha mantido certo núcleo de resistência.

Figura 6: Prefeitos eleitos pelo PT em 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

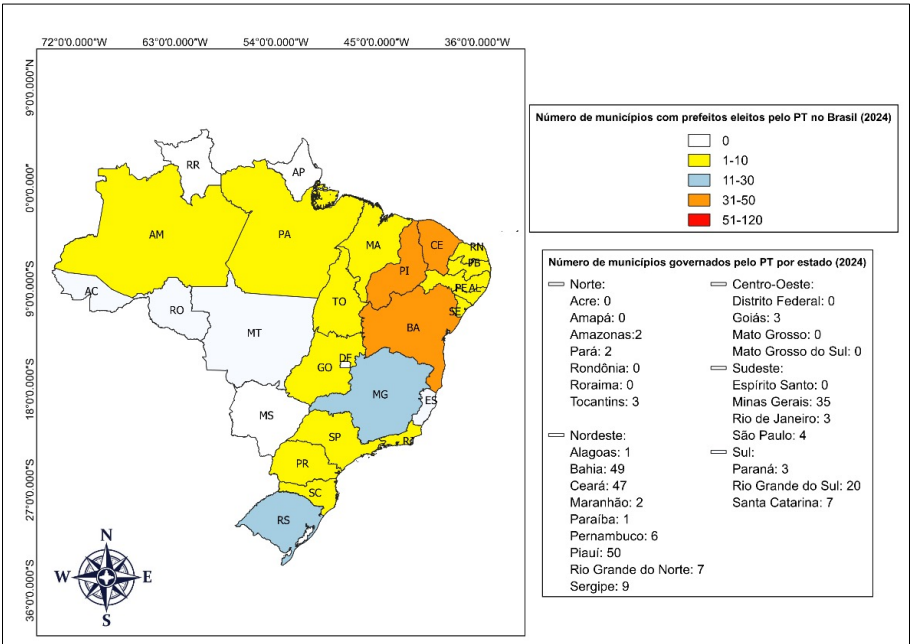
A Figura 7 mostra a distribuição de prefeitos do PT por estado em 2024. O desempenho do partido é desigual regionalmente, com grande concentração de vitórias no Nordeste, força expressiva em alguns estados do Sudeste e do Sul, mas desempenho fraco ou quase inexistente no Norte e no Centro-Oeste. No Nordeste, como epicentro do PT, o Piauí (50), Bahia (49) e Ceará (47) são os estados com

maior número de prefeituras conquistadas pelo PT, consolidando a região como o bastião eleitoral do partido. Outros destaques são: Pernambuco (6), Sergipe (9), Maranhão (2), Paraíba (1) e Alagoas (1). Isso confirma a importância histórica do Nordeste para o PT, onde a identificação popular com Lula permanece muito forte.

O Sudeste ficou dividido. Minas Gerais (35) aparece como o segundo estado em número de prefeituras petistas, ficando atrás apenas de Piauí, Bahia e Ceará. São Paulo (4), estado natal do partido e maior colégio eleitoral do país, ainda mostra desempenho modesto. Rio de Janeiro (3) e Espírito Santo (0) seguem a mesma linha de fragilidade. A Figura 7 indica que o PT avança em Minas Gerais, mas continua com dificuldades em São Paulo e Rio de Janeiro. No Sul, o Rio Grande do Sul (20) se destaca, confirmando a tradição petista no estado. Santa Catarina (7) e Paraná (3) também aparecem, mas com números menores.

No Sul, o PT mantém uma presença significativa, mas longe da hegemonia nordestina. No Norte e Centro-Oeste: presença residual. No Norte, apenas Amazonas (2), Pará (2) e Tocantins (3) elegeram prefeitos petistas. Os demais estados ficaram zerados. No Centro-Oeste, apenas Goiás (3) aparece com vitórias. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ficaram sem nenhuma prefeitura. Isso mostra a grande fragilidade do PT nessas regiões, onde partidos conservadores e forças locais dominam o cenário. O PT segue como um partido nacional, mas com base territorial profundamente assimétrica. O Nordeste é o núcleo duro de sustentação política, responsável por mais da metade dos prefeitos eleitos. Minas Gerais desponta como ponto estratégico no Sudeste, mas o partido ainda precisa superar barreiras históricas em São Paulo e Rio de Janeiro. O Sul mostra vitalidade, sobretudo no Rio Grande do Sul. Norte e Centro-Oeste permanecem como desafios estruturais, com baixa capilaridade petista.

Figura 7: Prefeitos eleitos pelo PT em 2024



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

3.3. EXPANSÃO, CONSOLIDAÇÃO E RETRAÇÃO REGIONAL: UMA INTERPRETAÇÃO

A evolução territorial do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais entre 2000 e 2024, Figura 8, permite identificar não apenas variações quantitativas em seu desempenho eleitoral, mas um processo mais amplo de transformação na forma de inserção territorial do partido. Os dados analisados indicam a existência de três momentos distintos: um ciclo de expansão nacional (2000–2012), um ponto de inflexão marcado por retração abrupta (2016) e, por

fim, um período de reconfiguração caracterizado pela concentração regional da base eleitoral (2020–2024).

O primeiro período, compreendido entre 2000 e 2012, pode ser interpretado como uma fase de nacionalização eleitoral, na qual o PT ampliou progressivamente sua presença em todas as regiões do país. Nesse contexto, a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou papel central. À luz da noção weberiana de dominação carismática (Weber, 1999), o carisma de Lula operou como um recurso de legitimação capaz de projetar o partido para além de seus redutos originais, favorecendo sua capilarização territorial. Esse processo pode ser compreendido, em termos bourdieusianos, como acumulação de capital simbólico no interior do campo político (Bourdieu, 1989), permitindo ao partido ocupar posições estratégicas em diferentes contextos regionais.

O ano de 2016 representa um ponto de inflexão estrutural nesse processo. A retração simultânea em todas as regiões do país sugere não apenas uma oscilação eleitoral, mas uma mudança nas correlações de força no campo político. A partir da perspectiva de Bourdieu (2011), esse movimento pode ser interpretado como perda de posições relativas em um espaço de disputa estruturado por diferentes formas de capital: político, midiático, jurídico e econômico. Nesse contexto, a intensificação da judicialização da política e os efeitos da Operação Lava Jato contribuíram para redefinir as condições de competição, afetando diretamente a capacidade do partido de manter sua presença territorial.

Nos pleitos mais recentes, observa-se um terceiro momento, caracterizado por estabilização em patamares reduzidos e por uma reconfiguração territorial da base eleitoral. Esse processo pode ser definido como uma territorialização seletiva do voto, na qual o partido mantém ou reconstrói sua força em regiões onde sua trajetória

encontrou maior ressonância social e institucional. O Nordeste emerge, nesse cenário, como núcleo estruturante da presença petista, concentrando a maior parte das prefeituras conquistadas.

Essa concentração regional sugere um processo de reterritorialização partidária, no qual a base eleitoral deixa de apresentar capilaridade nacional e passa a se organizar de forma assimétrica. Esse movimento pode ser interpretado como resultado da combinação entre fatores estruturais – como desigualdades regionais e padrões históricos de organização política – e fatores conjunturais, como a polarização política e as disputas narrativas no campo público.

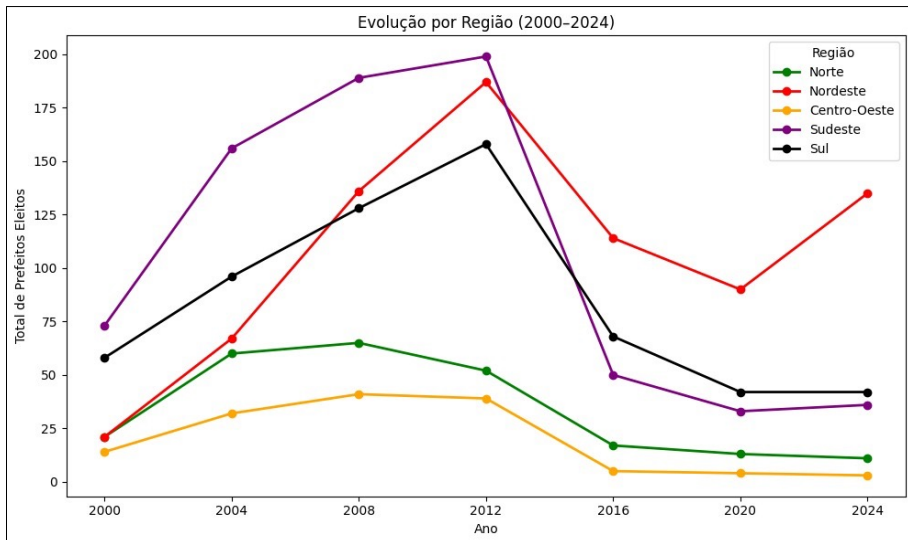
Adicionalmente, os dados indicam uma forte interdependência entre liderança política e desempenho eleitoral. A centralidade de Lula na trajetória do partido sugere que o carisma, enquanto forma de capital simbólico, não apenas impulsionou sua expansão inicial, mas também contribuiu para sua capacidade de resiliência em contextos adversos. Contudo, essa dependência também evidencia os limites de um modelo de expansão fortemente ancorado em lideranças individuais, sobretudo em cenários de retração institucional e reconfiguração do campo político.

Dessa forma, a trajetória do PT entre 2000 e 2024 pode ser compreendida como expressão de um processo mais amplo de transformação do sistema partidário brasileiro, no qual partidos que alcançam expansão nacional podem, em contextos de crise e reconfiguração política, passar por processos de regionalização de sua base eleitoral. Nesse sentido, a geografia eleitoral petista não constitui apenas um caso específico, mas um indicador de mudanças estruturais na dinâmica da competição política no Brasil contemporâneo.

A Figura 8 mostra que o PT deixou de ser um partido com capilaridade nacional, como em 2012, para tornar-se, em 2024, uma legenda

de inserção assimétrica. A hegemonia no Nordeste, a resistência localizada em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, bem como a perda de relevância em outras regiões revelam não apenas um ciclo eleitoral, mas uma transformação estrutural na geografia do partido. A combinação entre o carisma de Lula e as disputas no campo político nacional ajudam a compreender essa dinâmica de expansão, retração e reconfiguração territorial que marca a trajetória petista nessa primeira metade do século XXI.

Figura 8: Evolução do número de prefeituras do PT por região (2000–2024)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, [2025]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a trajetória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2024, com o objetivo de compreender os processos de expansão, consolidação e retração territorial que marcaram sua presença no Executivo municipal. A partir da articulação entre análise empírica dos resultados eleitorais e aportes da sociologia política, foi possível identificar não apenas variações no desempenho do partido, mas transformações estruturais em sua forma de inserção territorial.

Os resultados indicam que a trajetória do PT pode ser interpretada como um processo de desnacionalização e reterritorialização partidária. Após um período de expansão nacional entre 2000 e 2012, no qual o partido alcançou elevada capilaridade territorial, observa-se, a partir de 2016, uma retração significativa seguida por um processo de reorganização de sua base eleitoral em termos regionais. Nesse novo cenário, o Nordeste consolida-se como núcleo central de sustentação política, enquanto outras regiões passam a apresentar presença mais limitada e fragmentada.

Do ponto de vista teórico, esse movimento evidencia a importância de se analisar a dinâmica partidária a partir da articulação entre liderança política, estrutura do campo político e distribuição territorial do voto. A expansão inicial do PT esteve fortemente associada à liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja capacidade de mobilização funcionou como um recurso de legitimação e ampliação da base eleitoral. Contudo, a retração posterior revela os limites de um modelo de expansão fortemente ancorado em capital simbólico, sobretudo em contextos de intensificação das disputas no campo político e de reconfiguração institucional.

A análise também sugere que a territorialização da política constitui elemento central para compreender o desempenho partidário no

Brasil contemporâneo. A concentração da base petista no Nordeste não pode ser explicada apenas por fatores conjunturais, mas deve ser entendida à luz de vínculos sociais, políticas públicas e padrões históricos de organização política que estruturam a relação entre partidos e eleitorado em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, o caso do PT permite levantar uma hipótese mais ampla sobre o sistema partidário brasileiro: partidos que alcançam expansão nacional em determinados ciclos políticos podem, em contextos de crise e reconfiguração do campo político, experimentar processos de regionalização de sua base eleitoral. Tal dinâmica sugere a coexistência de tendências de nacionalização e fragmentação territorial, que desafiam interpretações homogêneas sobre o funcionamento dos partidos no país.

Por fim, os resultados deste estudo indicam que a compreensão da política brasileira contemporânea exige incorporar de forma mais sistemática a dimensão territorial das disputas eleitorais. Como agenda futura de pesquisa, propõe-se o aprofundamento da análise da relação entre políticas públicas e comportamento eleitoral em nível local, bem como a realização de estudos comparativos com outras legendas, de modo a avaliar em que medida o padrão observado no caso do PT se configura como tendência mais geral do sistema partidário brasileiro.

SOBRE OS AUTORES

Vinícius Rainer Boniolo é engenheiro ambiental e doutorando em Ambiente e Sociedade na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É vice-coordenador do Núcleo de Análise Política, Arte, Literatura e Música (NAPALM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Câmpus Lagoa do Sino. Foi Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do município de Campina do Monte Alegre/SP.

Alex Marcelo de Campos é mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atua como professor de Química no ensino médio e superior. Participa de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável, à educação do campo e à integração entre conhecimento científico e comunidades locais.

Aldenor da Silva Ferreira é doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Câmpus Lagoa do Sino. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade (PPGCS) e o Núcleo de Análise Política, Arte, Literatura e Música (NAPALM), espaço interdisciplinar voltado à reflexão crítica sobre sociedade, natureza, cultura e política.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Eloísa Machado de. O papel do Supremo Tribunal Federal no impeachment da presidente Dilma Rousseff. *DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 52-75, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33389/desc.v2n1.2019.p52-75>
2. ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo: Sumaré; Educ, 1997.
3. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
4. BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283664589_Nacionalizacao_Partidaria_e_Estrategias_Eleitorais_no_Presidencialismo_de_Coalizacao. Acesso em: 12 fev. 2026.
5. BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761/1549>. Acesso em: 30 abr. 2025.
6. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
7. BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2006.
8. CARRIL, Lúcio Moraes; FERREIRA, Aldenor da Silva. *E temos dito: Crônicas e artigos da luta e da vida na floresta*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2023.
9. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
10. DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
11. EATWELL, Roger. The concept and theory of charismatic leadership. *Politics, Religion & Ideology*, v. 7, n. 2, p. 141-156, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14690760600642156>. Acesso em 17 fev. 2026.
12. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The state of food insecurity in the world (SOFI)*. 2014. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ad888f5b-a590-43d9-b066-9a852b95777e/content>. Acesso em: 23 ago. 2025.
13. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Políticas sociais: Acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/664892d1-af7c-475e-a151-c450709b0334>. Acesso em: 20 set. 2024.
14. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
15. KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-385, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
16. KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, p. 69-85, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/f3KMkr8CHVjSCCGvqZdYfmk/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

17. MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. *Lawfare: Uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2019.
18. MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
19. NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
20. PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
21. PARANA, Denise. *Lula, filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
22. PARTIDO DOS TRABALHADORES. *PT filia mais de 340 mil e chega a quase 3 milhões de filiadas(os) em todo o Brasil*. 06 mar. 2025. Disponível em: <https://pt.org.br/pt-filia-mais-de-340-mil-e-chega-a-quase-3-milhoes-de-filiados-as-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: 1 abr. 2026.
23. SHILS, Edward. Charisma, order and status. *American Sociological Review*, v. 30, n. 2, p. 199-213, abr. 1965. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1336423>. Acesso em: 17 jan. 2026.
24. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
25. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Portal de Dados Abertos do TSE*. Brasília, DF: TSE, [2025]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
26. VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2, p. 441-464, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/6vXvWwkg7XG9njd6XmBzYzQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.
27. WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.

Submissão em: 18 abr. 2026

Aceito em: 22 maio 2026

